

Kandir mobiliza Itamarati

BRASÍLIA — O secretário de Política Econômica do Ministério da Economia, Antônio Kandir, quer evitar distorções na divulgação da proposta brasileira de renegociação de dívida externa. Ontem, Kandir esteve no Itamarati por quase duas horas, para explicar os detalhes da proposta ao chanceler Francisco Rezek e a seus principais assessores. O objetivo é mobilizar a diplomacia num esforço de esclarecimento do público no exterior sobre a fórmula apresentada pelos negociadores brasileiros, baseada na capacidade de pagamento do país. “Temos de ter paciência e entender que haverá, por parte de diversas fontes, a tentativa de confundir a opinião pública nacional e internacional com relação à nossa proposta”.

“Como a proposta de renegociação da dívida externa é nova e não atende aos interesses de curto prazo de um conjunto de agentes, há ruídos na informação. Nossa obrigação é prestar esclarecimentos com o maior número de detalhes possível”, explicou. Kandir acredita que até mesmo os boatos de que a inflação voltou a disparar, que agitaram o mercado financeiro na segunda-feira, são tentativas de enfraquecer a equipe negociadora da dívida externa. “Qualquer evento que possa

enfraquecer a posição dos negociadores é explorado da maneira mais evidente possível”, acusou, sem fornecer maiores informações.

Preocupado em, mais uma vez, explicitar os objetivos da política econômica do governo não só junto ao público externo, mas junto à sociedade brasileira, Antônio Kandir falou longamente com os jornalistas ao deixar o Itamarati, pela manhã. “Estamos vivendo um momento particularmente crítico”, admitiu, acrescentando que o choque nos preços do petróleo é extremamente grave e tem implicações dramáticas na economia do país. Enfático, considerou “inevitável” o reajuste dos preços de derivados do petróleo e das tarifas públicas, em estudo no governo.

“Não temos outra saída senão praticar uma política realista de preços. Isso tem de ser entendido pela sociedade”, insistiu Kandir. Ele apontou uma diferença fundamental entre as elevações bruscas dos preços do petróleo ocorridas na década de 70 e a de agora, provocada pela crise no Golfo Pérsico. “A postura dos governos anteriores foi de que a crise não nos afetaria. Não empobrecemos, repassamos os preços para a frente e a consequência foi a aceleração inflacionária”, recordou.